



# Newsletter

## N.º 21 - Maio 2015

## Sumário

- 1 Nota de Abertura
- 2 O Fim do Sigilo Bancário Suíço à Vista
- 5 Jurisprudência Nacional Relevante
- 7 Principais Alterações Legislativas

## Nota de Abertura

Caros Clientes e Amigos,

Contrariamente ao que era a nossa expectativa, anunciada na edição de abril desta Newsletter, o layout da mesma foi ainda, excepcionalmente, mantido no presente número, como facilmente se constata.

Chamamos a atenção para o artigo de opinião/divulgação – dedicado ao fim do sigilo bancário suíço –, sobretudo pelas previsíveis repercussões futuras da profunda alteração de regime recentemente aprovada e a entrar em vigor, ao que tudo indica, em 2018, tema este que continuaremos a acompanhar de forma atenta.

*José Pina*



## O Fim do Sigilo Bancário Suíço À Vista

No passado dia 27 de Maio fez-se história. A Confederação Suíça e a Comissão Europeia chegaram a acordo sobre o fim do sigilo bancário suíço para os residentes da EU, o que parece significar o – até recentemente improvável – ponto final nos imensos avanços e recuos que sempre pautaram as relações económico-financeiras do país mais neutro da Europa com a União que tem como lema "Unida na Diversidade" (*"In varietate concordia"*).

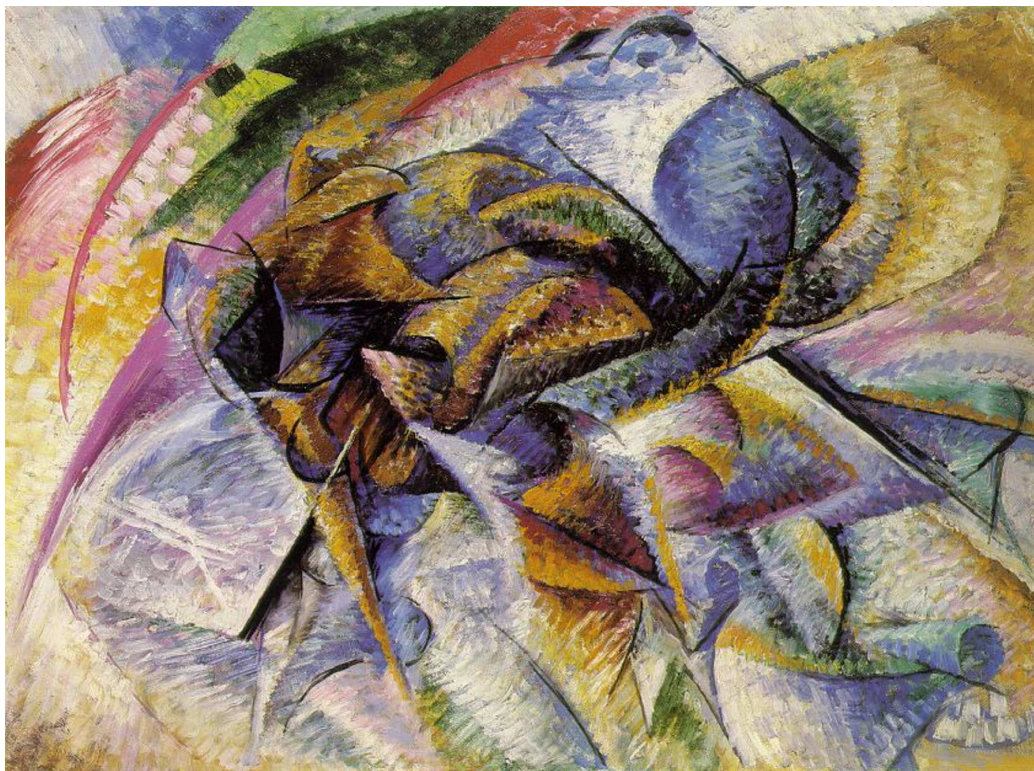
Este passo de gigante no sentido de uma maior transparência fiscal, tão almejada pelos Estados modernos, visa impedir a dissimulação das receitas não declaradas em contas suíças, tentando contrariar a propensão que vem sucedendo há décadas e que se traduz num flagelo para qualquer sistema fiscal que se pretenda robusto e sadio.

A partir de 2018, a troca automática de informações sobre as contas dos residentes na UE – sendo considerada a arma mais eficaz contra a fraude – implicará que cada Estado-membro receba, anualmente, uma lista com o nome, o endereço, a identificação fiscal e a data de nascimento dos residentes que possuem contas bancárias na Suíça, bem como outras informações sobre os ativos financeiros e o saldo das contas.

A assinatura do acordo deverá ocorrer após a autorização do Conselho da União Europeia e do Governo Suíço e está prevista para antes do Verão.

**A partir de 2018, a troca automática de informações sobre as contas dos residentes na UE – sendo considerada a arma mais eficaz contra a fraude – implicará que cada Estado-membro receba, anualmente, uma lista com o nome, o endereço, a identificação fiscal e a data de nascimento dos residentes que possuem contas bancárias na Suíça, bem como outras informações sobre os ativos financeiros e o saldo das contas.**





Outros países estão também na mira da UE para a conclusão, até ao final do ano, de acordos similares ao celebrado agora com a Suíça, como sejam, Andorra, Liechtenstein, Mónaco e San Marino.

Não obstante tratar-se de um passo decisivo na promoção do combate inexorável à fraude fiscal, estamos em crer que os contribuintes que quiserem continuar a agir de forma fraudulenta sempre irão encontrar outros territórios que, aproveitando o sair de cena de quem, em bom rigor, nunca gostou de ser o centro das atenções, se

começam agora a perfilar para a captação de receita fácil sem quaisquer condicionalismos em virtude das suas coordenadas geográficas.

Na verdade, em termos globais, as alternativas que ainda se apresentam aos contribuintes que não pretendem pagar os seus impostos são praticamente tantas quantos buracos pode ter um queijo suíço (passe a expressão).

Uma vez que as formas de resistência ao Direito são inúmeras e estão em constante mudança, em

nosso entender, ter-se-ão de criar mecanismos legais eficientes e inovadores que promovam uma cooperação ainda mais eficaz entre os diversos Estados em todo o mundo, se a ideia é tentar diminuir os “buracos” do queijo (suíço e não só...).

*Joana Teixeira*

[joanateixeira@cammp.pt](mailto:joanateixeira@cammp.pt)



## - LABORAL -

### Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 11 de maio de 2015

#### **Prémio de Desempenho - Carácter Regular e Permanente**

O prémio de desempenho pago pelo empregador, com carácter de regularidade e permanência, constitui prestação, devida por este, a integrar a retribuição do sinistrado, para efeitos de cálculo de pensão. O fato do seu montante ser variável, por depender dos critérios objetivos definidos pelo empregador, é irrelevante visto nada ter a ver com a regularidade dessa prestação.

## - SEGUROS -

### Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 19 de maio de 2015

#### **Seguro de Danos – Dano Emergente – Privação do Uso**

Apesar de se tratar de um dano emergente, o segurador só responde pela privação do uso da coisa segura se assim se tiver convencionado no contrato de seguro. O atraso no retardamento, pelo segurador, da realização da prestação indemnizatória a que, por força do contrato de seguro, se vinculou, respeita à violação do dever principal ou primário de prestar e não à ofensa de

qualquer dever acessório. Nos seguros de danos, o segurador está vinculado à realização de uma prestação indemnizatória puramente pecuniária, de origem contratual, pelo que, no caso de atraso na realização dessa prestação, a única indemnização devida é a correspondente aos juros legais, contados desde a data da constituição em mora.

## - CIVIL -

### Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 14 de maio de 2015

#### **Transmissão do Arrendamento – Arrendatário – Morte**

Deve aplicar-se o regime vigente à data do facto que desencadeia a transmissão do direito ao arrendamento, ou seja o óbito do primitivo arrendatário ou daquele que lhe sucedeu.

*estado em que foi adquirido; o que importa é que não haja uma metamorfose ou alteração substancial do bem que foi adquirido para revenda. Pelo que se o imóvel adquirido é constituído por um terreno com um edifício habitacional já em construção ou remodelação segundo determinado projeto aprovado (seja em tosco, seja em adiantada fase de construção/remodelação), a expressão para revenda não exige que o imóvel seja alienado tal como existia no momento da aquisição, admitindo, antes, a possibilidade de realização pelo adquirente de todas as obras necessárias à ultimação dessa construção, por forma a acabá-lo, licenciá-lo para o referido destino, constituir a propriedade horizontal e alienar as respetivas frações autónomas ».*

## UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

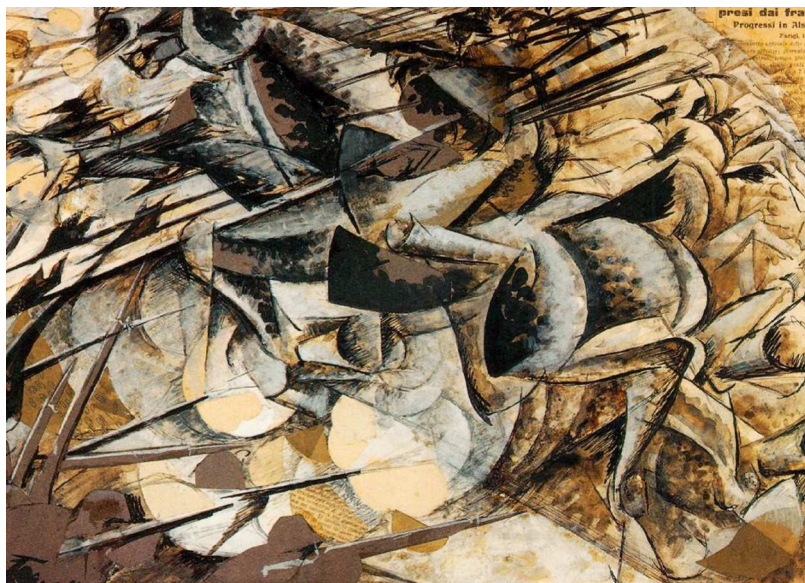
### Acórdão de Uniformização de Jurisprudência do Supremo Tribunal Administrativo n.º 2/2015, de 17 de setembro de 2014

«Para efeitos de caducidade da isenção de imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT) que decorre da conjugação das normas contidas nos arts. 7º e 11º n.º 5 do CIMT (isenção pela aquisição de prédios para revenda), não importa se o imóvel adquirido é ou não revendido no preciso

### Acórdão de Uniformização de Jurisprudência do Supremo Tribunal Administrativo n.º 3/2015, de 17 de abril de 2015

«Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: No domínio da redação inicial do artigo 252.º, n.º 3, do RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11/09, a caducidade de um contrato de trabalho a termo certo cuja renovação fosse já legalmente impossível não conferia ao trabalhador direito à compensação referida nessa norma».





## **PRINCIPAIS NOVIDADES** **LEGISLATIVAS**

### **- FISCAL -**

#### **Ofício n.º 20.177 da Autoridade Tributária e Aduaneira, de 30 de abril de 2015**

Esclarecimentos sobre recibo de renda eletrónica para efeitos de IRS.

### **- FINANCEIRO -**

#### **Regulamento (UE) 2015/751 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2015**

Relativo às taxas de intercâmbio aplicáveis a operações de pagamento baseadas em cartões.

#### **Regulamento (UE) 2015/760 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril de 2015**

Relativo aos fundos europeus de investimento a longo prazo.

#### **Diretiva do Parlamento Europeu sobre novas regras para combater branqueamento de capitais e crimes fiscais**

Novas exigências relativas à manutenção de um registo central com informações sobre os beneficiários efetivos de sociedades, fundações e outras estruturas para que seja possível identificar as pessoas que estão na sua retaguarda. A Diretiva reforça também o dever de vigilância e a obrigação dos bancos, entre outros, comunicarem transações suspeitas dos clientes.

### **- INSOLVÊNCIA -**

#### **Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos processos de insolvência**

Adoção de novas regras que pretendem ajudar as empresas mais sólidas a sobreviver a uma crise, seja em caso de bancarrota ou de situações de pré-insolvência.

### **- COMERCIAL -**

#### **Decreto-Lei n.º 85/2015, de 21 de maio de 2015**

Estabelece o regime jurídico aplicável aos mercados locais de produtores.

CAMMP & Associados - Sociedade de Advogados, RL | [www.cammp.pt](http://www.cammp.pt)  
Avenida da República, n.º 24 - 9º, Lisboa  
Tel.: +351213170830 | Fax: +351213144877  
[advogados@cammp.pt](mailto:advogados@cammp.pt)

A Newsletter da CAMMP tem uma finalidade exclusivamente informativa, e não constitui uma forma de publicidade. A informação disponibilizada e os artigos aqui publicados não substituem, em caso algum, o aconselhamento jurídico para a resolução de casos concretos, não assumindo a CAMMP qualquer responsabilidade por danos que possam decorrer da utilização da informação aqui constante. O acesso ao conteúdo desta Newsletter não consubstancia a constituição de qualquer tipo de vínculo ou relação entre advogado e cliente ou a constituição de qualquer tipo de relação jurídica. A presente Newsletter é gratuita e a sua distribuição é de carácter reservado, encontrando-se vedada a sua reprodução ou circulação não expressamente autorizadas pela CAMMP.